

**DOMENICO LOSURDO E O PENSAMENTO CRÍTICO
CONTEMPORÂNEO**

[DOMENICO LOSURDO AND CONTEMPORARY CRITICAL THINKING]

Francisco Pereira de Sousa
sousafranciscopereira@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-8865-1732>

*Docente do PPG-FIL/UFAL. Coordenador do GT Ética e Cidadania da ANPOF. E-mail alternativo:
francisco.sousa@ichca.ufal.br*

DOI: [10.25244/tf.v16i1.5490](https://doi.org/10.25244/tf.v16i1.5490)

Recebido em: 21 de março de 2023. Aprovado em: 10 de maio de 2023

Caicó, ano 16, n. 1, 2023, p. 83-106
ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/tf.v16i1.5490](https://doi.org/10.25244/tf.v16i1.5490)
Dossiê Ética e Cidadania



Resumo: O pensamento de Domenico Losurdo é de uma contribuição imensa na compreensão geopolítica e geoeconômica mundial atual: além de fornecer importantes instrumentos conceituais de crítica à realidade contemporânea, estabelece uma nova perspectiva de interpretação para o combate à opressão capitalista, imperialista e neocolonialista exercida pelas grandes potências em relação ao sul global.

Palavras-chave: Colonialismo. Imperialismo. Socialismo de mercado chinês. Esquerda ocidental.

Abstract: Domenico Losurdo's thinking is of immense contribution to the current global geopolitical and geoeconomic understanding: in addition to providing important conceptual tools for criticizing contemporary reality, it establishes a new perspective of interpretation for the fight against capitalist, imperialist and neocolonialist oppression exercised by the great powers in relation to the global south.

Keywords: Colonialism. Imperialism. Chinese Market Socialism. Western Left.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos têm surgido uma série de teóricos críticos que se propõem a interpretar o tempo presente. Poderíamos dizer que esta tem sido uma tarefa da filosofia contemporânea desde Hegel, que compreende no prefácio da sua *Filosofia do Direito* ou *Filosofia do Espírito Objetivo* que a tarefa da filosofia é a de elevar a realidade à forma do conceito. Todas as quatro gerações da Teoria Crítica também se propõem a compreender criticamente a realidade humana tanto de um ponto de vista subjetivo (subjetividade) como objetivo (sociedade). Teóricos críticos norte-americanos como Amy Allen ou canadense como Melissa Williams se propuseram ou a descolonizar a Teoria Crítica ou a desparoquializar a Teoria Política, apesar da sua distância da forma de vida e do lugar de fala dos colonizados e oprimidos. O sul do planeta tem tentado produzir uma filosofia que seja também a expressão do seu contexto, seja na forma de uma filosofia latino-americana, filosofia africana ou filosofia asiática. Todos estes modos de pensar a realidade humana são referências importantes para interpretar e dar um sentido novo à realidade que se manifesta.

Em meio a tantas escolas críticas ou diferentes modos de interpretação, talvez se pense que o marxismo já é considerado uma teoria ultrapassada, que não possui mais tanta relevância como em fins do século XIX e início do século XX, ou que não nos serve mais por ser um tipo de pensamento eurocêntrico. Nada disso, como irá nos mostrar o filósofo italiano Domenico Losurdo, o marxismo é uma ferramenta importante e apropriada para pensar a nossa realidade e para, na sua singularidade remetê-la à universalidade, aos grandes problemas e questões do nosso tempo. É claro, que mesmo dentro do próprio marxismo há divergentes interpretações sobre quais seriam os conceitos mais apropriados e sobre a própria leitura da história desse movimento. Domenico Losurdo é um desses expoentes que diverge em relação à toda uma tradição de pensamento crítico já consolidada.

Procuramos mostrar aqui, que a obra do filósofo italiano, Domenico Losurdo, é de grande importância para a compreensão do momento histórico em que estamos vivendo. Ele se contrapõe à visão da classe dominante de que o liberalismo é uma ideologia política que, desde a sua formulação, serviu para garantir os direitos individuais e a democracia, fazendo uma contra-história do liberalismo onde se destaca, principalmente, a referência ao racismo opressor que proporcionou a escravidão e extermínio dos povos originários. A sua obra foca a questão colonial como uma questão fundamental para a compreensão da modernidade e que, normalmente, é desconsiderada por aqueles teóricos do liberalismo que formulam a tosca ideia de um capitalismo democrático e civilizado que proporciona direitos individuais a todos, em detrimento da realidade da periferia do sistema. A questão colonial também se faz presente na sua releitura da história do movimento comunista e na sua reconstrução do marxismo. Nessa sua reconstrução, não eurocêntrica, Losurdo destaca a questão colonial, e nacional, como centro da estratégia revolucionária; e procura combater os mitos que objetivam demonizar a história e identidade comunista.

Vários teóricos das ciências humanas têm pensado o momento presente; mas, há uma grande carência no seio da própria filosofia de pensadores que façam o mesmo. Losurdo talvez seja uma exceção; talvez, ele seja o filósofo mais lúcido e apropriado para pensar a realidade geopolítica e geoeconômica do nosso tempo. É uma pena que se foi tão cedo. Vivemos em uma época de grandes mudanças. Após a Segunda Guerra, passamos por um momento de bipolaridade na disputa pela hegemonia mundial, em que dois blocos mundiais se formaram: um comunista e o outro liberal. Com a derrota do bloco socialista, tivemos um breve momento de domínio unipolar estadunidense. E, atualmente, estamos vendo ressurgir antigos poderes: a Rússia e, especialmente,

a China que, como veremos sempre foi uma grande potência regional dentro do seu contexto geopolítico, até que os poderes colonialistas e imperialistas ocidentais a crucificaram e a esquartejaram. Com a sua ascensão, talvez acabe um capítulo da história que nunca deveria ter sido escrito: o da hegemonia unipolar e planetária do homem branco, racista, colonizador e imperialista.

1 DA UTOPIA À CIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO HEGELIANO DE *AUFHEBUNG*¹

Domenico Losurdo em uma palestra proferida na Universidade de Urbino, Itália, em 06/12/2017, denominada **L'idea di socialismo: ritornare all'utopia o completare il percorso che conduce da l'utopia a scienza**, procura fazer uma releitura e reconstrução do movimento comunista. Segundo ele, é a partir da Primeira Guerra Mundial que se difunde no Ocidente um marxismo de tipo messiânico; messiânico porque procura levar em conta um “Outro Absoluto”, como afirma Merleau Ponty, em respeito ao existente: em geral, o marxismo ocidental teve esta postura. Como afirma Losurdo (2017), em 1940, em suas *Teses Sobre a Filosofia da História* Walter Benjamin, na tese 18, afirma um tempo messiânico da tradição hebraica; o jovem Lukács também fala do seu tempo como a “época da completa pecaminosidade”: Lukács também fala do Estado como “a tuberculose organizada”. Mas, tanto a forma do jovem Lukács conceber o tempo e o Estado quanto a utopia benjaminiana, segundo Losurdo, podem ser questionados a partir de fatos históricos.

Na rebelião dos Taiping, na China, a revolta mais sangrenta da história mundial, em que morreram mais pessoas do que na Primeira Guerra Mundial, o líder da revolta também adota uma visão messiânica ao se pôr como irmão de Jesus Cristo. Era o período da “China crucificada” por todas as grandes nações imperialistas e colonialistas. Mas, diferentemente dessa forma ocidental de compreensão da história a partir da categoria de “Transcendência”, como faz Walter Benjamin, o marxismo oriental se atrela a uma visão mais propriamente dialética: para Losurdo (2017), a categoria hegeliana da “*Aufhebung*”, que não é própria da tradição religiosa, como a de Transcendência, é mais apropriada para uma releitura do movimento comunista e para uma reconstrução do marxismo.

Conforme Losurdo (2017), ao analisarem a revolta dos Taiping, os comunistas chineses chegaram a um balanço totalmente contraposto ao de Walter Benjamin, devido ao seu pragmatismo cultural: a análise maoísta foi capaz de detectar que o trágico êxito dessa revolta demonstra que não se pode confiar em um viés messiânico. Em 1940, nove anos antes da tomada do poder na China, Mao publica um texto denominado *Sobre a Nova Democracia*, que está para ser implantada pelo partido comunista chinês. Para ele, aquela que está em curso na China é uma revolução de uma “Nova Democracia”: pelo seu caráter social, sua primeira fase é buscar o desenvolvimento do capitalismo, já que a China se encontrava atrasada em relação aos países capitalistas, imperialistas e colonistas ocidentais; a China deveria, primeiro, chegar ao mesmo nível de desenvolvimento desses países. Uma revolução de tipo novo, uma nova democracia, dirigida pelo proletariado e pelos camponeses que lutam contra o imperialismo japonês, e não aquela de tipo antigo, dirigida pela burguesia. Esta revolução, segundo Mao, serve para abrir espaço para o desenvolvimento do capitalismo, como também, para abrir a estrada mais larga para o desenvolvimento do socialismo. Para Mao, a Revolução Socialista deve, portanto, passar por várias etapas até que se implante o

¹ Sobre esse conceito cf. nota 3.

Socialismo. Mas, no momento posterior à tomada do poder, fase de implantação da “Nova Democracia”, o partido deveria preocupar-se, primeiramente, com o desenvolvimento das forças produtivas.

Para Losurdo (2017), portanto, não há uma contraposição ou antítese entre o pensamento de Mao e Deng Xiaoping, como alguns intelectuais costumam afirmar. Tanto Mao quanto Deng sabiam que para implantar o socialismo em um país atrasado e semicolonial era preciso, primeiramente, desenvolver as forças produtivas, elevando seu nível de riqueza ao mesmo nível dos países desenvolvidos. Não se pode socializar a miséria, apenas a riqueza. Após a morte de Mao, e suas tentativas frustradas de pôr em curso tal desenvolvimento, com suas políticas do “Grande Salto Para Frente”, como também com a Revolução Cultural, Deng Xiaoping procurou retomar a política de desenvolvimento das forças produtivas. O partido sempre soube que a via que leva ao socialismo é demorada, chegando até a estabelecer prazos. Mas, a China pós-revolucionária sempre se considerou marxista-leninista. E, mesmo diante da pressão internacional das sociedades colonialistas e imperialistas ocidentais, tem tomado medidas no sentido de eliminação da miséria (mais de 800 milhões de chineses) e de desenvolvimento capitalista para, segundo as expectativas do partido, a partir de 2050 passar para uma nova fase do seu desenvolvimento. O objetivo da Revolução na China, que para Losurdo continua em curso, é com o desenvolvimento das forças produtivas, levadas avante pelo próprio partido comunista, é o de construir uma sociedade pós-capitalista.

Como constata Losurdo (2017), enquanto em Marx e Engels, como também em Lenin, o socialismo é definido como uma sociedade de transição, o socialismo é a transição do capitalismo ao comunismo, portanto, uma ordem social em que se contém tanto elementos do capitalismo como do comunismo; em Mao constatamos a construção de “uma teoria da transição na transição”. A primeira etapa do socialismo, para Mao, é a da construção de uma “nova democracia”, quando ocorre o desenvolvimento poderoso das forças produtivas, mas, onde o desenvolvimento do capitalismo é direcionado e neutralizado pela ditadura da classe revolucionária em conjunto com o poder exercido pelo partido comunista. Nessa teoria, o desenvolvimento posterior do comunismo segue uma via muito mais ampla de desenvolvimento, apenas quando já tiver ocorrido um desenvolvimento das forças produtivas e elevação da qualidade de vida da população.

Para Losurdo (2017), esse é um texto importante; e, para compreender a sua importância é preciso analisar a experiência histórica da sociedade pós-capitalista na China, tendo presente duas datas fundamentais. Mais comumente se parte de 1949, da fundação China contemporânea, da República Popular Chinesa. Mas, muito antes de 49 já temos, a partir dos anos 20, regiões chinesas, maiores que a Itália, administradas pela gestão da economia e da política do partido comunista chinês. Desse modo, no curso de seu inteiro desenvolvimento, a Revolução Cultural e a política do Grande Salto para Frente são apenas uma pequena pausa, interrupção ou distração momentâneas em um percurso que já dura um século. Um século de administração competente do partido comunista chinês, que direciona politicamente a economia, possibilitando o desenvolvimento do poder econômico burguês, mas, direcionado politicamente pelo partido comunista². Sendo assim, afirma Losurdo, não há uma antítese entre a política exercida por Mao e, posteriormente, por Deng Xiaoping: trata-se da mesma política, exercida pelo mesmo partido.

Para Losurdo (2017), portanto, a categoria ou conceito que permite pensar a passagem a uma sociedade pós-capitalista é a categoria hegeliana de *Aufhebung*, e não a de *Transcendência*, categoria religiosa utilizada pelo “marxismo ocidental”. Não se elimina o estágio anterior de

² Essa é uma distinção importante no maoísmo, entre exercício do poder político e exercício do poder econômico: a burguesia não pode exercer o poder político, apenas o econômico, para que os seus interesses de classe não se tornem os interesses universais.

desenvolvimento histórico ao socialismo (o capitalismo), produzindo um coletivismo da miséria e do sofrimento, como o comunismo dos primeiros cristãos; isso não é comunismo no sentido marxiano do termo: o comunismo pressupõe desenvolvimento e riqueza. A riqueza, para Marx, não é sinônimo de pecado, como entenderam alguns supostos comunistas. A superação do “reino da necessidade” em “reino da liberdade”, a negação do capitalismo, é uma superação no sentido hegeliano,³ tal como empregados por Marx, Lenin e Gramsci, e não no sentido religioso, como empregado pelo “marxismo ocidental”.

É preciso, portanto, fazer uma distinção entre o “marxismo messiânico” e o marxismo, tal como entendido por Losurdo, que compreende o socialismo como resultante de um processo histórico concreto e que interpreta esse processo no sentido de uma *Aufhebung*. Segundo Losurdo (2017), sua visão está de acordo com aquela de Lenin e Gramsci: de que a edificação de uma sociedade pós-capitalista implica a assimilação de duas importantes revoluções, a Revolução Industrial e a revolução política apresentada pela Revolução Francesa; a revolução industrial demonstrou que a miséria e escassez de recursos não é um destino inelutável que o homem deve se apegar passivamente, ela foi capaz de mostrar um tipo de desenvolvimento até então impensado; a revolução francesa demonstrou que as relações políticas e sociais internas a uma sociedade não são imodificáveis e podem ser, portanto, transformadas. Uma terceira revolução ou contribuição histórica percebida e afirmada por Lênin, como afirma Losurdo (2017), é a contribuição da Filosofia de Hegel: para Lênin, como enfatiza Losurdo, a filosofia e dialética hegeliana é uma grandiosa reflexão sobre estas duas revoluções, a revolução industrial e a revolução política francesa.

Um certo “populismo de esquerda”, afirma Losurdo (2017), procura renunciar à Revolução Industrial e o desenvolvimento das forças produtivas, apegando-se a um socialismo utópico. Para Losurdo (2017), a passagem do socialismo à ciência é uma passagem fatigosa, é um percurso que apenas se iniciou, mas, não foi completado ainda. Para completar esse percurso, nós teríamos, então, que esperar pela extinção do Estado, já que o Estado é um instrumento dominante de opressão e repressão? Juntamente a essa ideia, afirma Losurdo (2017), a ideia de superar a sociedade mercantil é uma ideia utópica: embora a utopia tenha um papel importante na teoria marxista, como o primeiro momento do processo de aprendizagem que se impõe, ela não deve ser entendida de forma tão ingênua e errada.

2 A ESQUERDA OCIDENTAL E O SOCIALISMO DE MERCADO CHINÊS⁴

Passemos, mais especificamente, às considerações losurdianas sobre a China e à forma como a esquerda ocidental a concebem. Sua posição sobre a China ou sobre o denominado “socialismo de mercado chinês” é minoritária dentro do movimento comunista, mas, ele a defende com bastante convicção. Nós nos propusemos aqui a tratar a respeito desta questão especificamente, e da sua importância para o momento histórico que estamos vivendo. Mas, é

³ *Aufhebung*, no sentido hegeliano, significa ao mesmo tempo tanto negação, como superação e conservação. Nesse caso aqui, nega-se o capitalismo, mas, apenas como sistema de exploração, e, portanto, ele é superado, apenas nesses termos, enquanto um sistema injusto e de exploração, mas, este sistema é conservado, enquanto um novo modo de produção da riqueza, agora coletiva.

⁴ Assim como Losurdo, muitos intelectuais, inclusive no Brasil, como Elias Jabbour e Jones Manoel, afirmam que o modo de produção chinês é o de um “socialismo de mercado”, em contraposição a outros que afirmam ser um “capitalismo de Estado”, ou a suposição de neoliberalismo chinês (David Harvey).

mister fazer uma pequena digressão para não esquecermos d’algumas recomendações feitas por Enrique Dussel sobre a questão, e que acho oportunas tratá-las aqui, nesse momento, para desfazermos alguns mal-entendidos e darmos a importância devida ao assunto. Para Dussel, em seu texto **China (1421-1800)**, é mister desconstruir a pretensão eurocêntrica, de tipo hegel-weberiana, que aponta para uma superioridade da cultura Europeia em relação às demais culturas mundiais, desde finais do século XV. Como bem salienta Dussel (2004), basta observar a história da China para desfazer esse mal-entendido. A história acadêmica eurocêntrica faz questão de ocultar o fato de que a cultura europeia era menos desenvolvida que a chinesa até os finais do século XVIII.

Como mostra Dussel (2004), a modernidade chinesa foi bem anterior à europeia: foram eles, os chineses, os primeiros a cartografarem todo o planeta, desde 1422. Como enfatiza Dussel (2004), para compreendermos melhor o momento presente é mister desconstruirmos esse tipo de “fabricação teórico-interpretativa” da histórica mundial produzida pelos teóricos da Ilustração europeia. Segundo ele, a hegemonia europeia tem apenas 200 anos, e não 500 anos, como passaram a repetir as elites neocoloniais na Europa e nas suas periferias: é somente a partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, que a Europa consegue se impor militarmente a todos os recantos da terra. O racismo, o colonialismo e o imperialismo europeu passam, desde então, a dominar o mundo, atrelados ao domínio e exploração tentacular do sistema capitalista.

2.1 A postura da esquerda ocidental após a derrota do “campo socialista”

A esquerda ocidental, na visão de Losurdo, não é capaz de perceber a importância que tem, ainda hoje, a China na trajetória do movimento comunista. Em **Fuga da História? – A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje**, Losurdo critica a postura de uma certa “esquerda” que, após ter passado pela dolorosa experiência histórica da queda do “socialismo real”, padece de uma certa “autofobia” e se volta, então, em direção aos valores dos opressores. Diferentemente da “autocrítica”, que sabe da necessidade de acertar as contas com a própria história como algo positivo para a reconstrução da sua própria identidade, a “autofobia” busca uma “fuga vil dessa história e da realidade da luta ideológica e cultural que sobre ela ainda arde” (Cf. LOSURDO, 2004, p. 15).

Uma atitude “religiosa”, como afirma Losurdo, de “recuperação dos textos sagrados e autênticos” passa, então, a conduzir esse tipo de esquerda: assim como os antigos judeus – que humilhados com a derrota da queda de Jerusalém, passaram a despreocupar-se de qualquer análise da realidade política de então, e a julgar que tal derrota era prevista por não condizer com os textos sagrados – os “comunistas” contemporâneos assumem a mesma postura: em vez de fazerem uma “memorização crítica”, eles preferem “voltar ao ‘autêntico’ Marx e pregar a ideia do comunismo sem as manchas horríveis que sobre ela haviam depositado a história e a política” (Cf. LOSURDO, 2004, p. 20). Para essa esquerda, que passou a ser também teleguiada pelas distorções da mídia ocidental, a “autêntica” mensagem da salvação precisa ser redescoberta e reanalisada sem se deixar contaminar pela teoria e experiência histórica do movimento comunista internacional posteriores aos escritos de Marx. Mas, questiona Losurdo, “em que texto de Marx se pode ler a previsão ou a justificativa de um socialismo em uma pequena ilha como Cuba, ou da guerrilha na Bolívia para promover uma revolução de tipo socialista?” Para Losurdo, está claro que a fórmula de retorno a Marx é religiosa. Segundo ele (LOSURDO, 2004, p. 21),

Do mesmo modo que a primitiva comunidade cristã declarava o seu distanciamento em relação à revolução nacional judaica, assim determinados “comunistas” contemporâneos proclamam o seu distanciamento em relação à experiência histórica iniciada com a Revolução de Outubro, contrapondo a ela Marx e eles próprios. Igualmente, apresenta características bastante singulares o apelo a Gramsci e Che Guevara. Em apoio aos dois age a lição de Lênin, que, ao contrário, é diligentemente acusado. Bastante diferentes entre si, Gramsci e Che Guevara têm em comum o fato de terem sido derrotados, de que não puderam participar da gestão do poder originado da revolução e que, em vez disso, sofreram a violência da ordem político-social existente. Por isso, destes dois eminentes expoentes do movimento comunista internacional se preza o martírio, não o pensamento e a ação política, que remetem a uma história obstinadamente ignorada.

Em vez de uma autoanálise crítica, essa “consciência religiosa”, afirma Losurdo, move-se em um espaço fantástico ora se colocando como ultraradical ora reproduzindo o mesmo discurso da elite imperialista e da sua mídia. O “primitivismo religioso de certos comunistas” chega a condenar até a política chinesa, tal como fazem os Estados Unidos: não se dá conta, tal esquerda, que a China é o último grande território que escapa à influência norte-americana, a última fronteira a conquistar. Mas, isto é irrelevante para uma tal tipo de consciência (religiosa) que está empenhada apenas em proclamar a própria pretensa pureza. A derrota e o desmembramento da China reforçariam enormemente o imperialismo dos EUA e a sua capacidade de impor embargo a qualquer outro povo. Mas, essa postura religiosa e intimista de certos comunistas, incapaz de reconhecer uma experiência histórica desenvolvida a partir da palavra de ordem declaradamente de valor universal, como a revolução comunista chinesa, é de involução e regressão. Para Losurdo, é natural que uma derrota de proporções históricas, como foi a da revolução comunista russa, estimule uma posição desse tipo. Mas, seria catastrófico obstinar-se em tal atitude. Para não se autocondenar à impotência e à subalternidade, é mister que os comunistas reconquistem a sua capacidade de pensar e de agir em termos políticos, mesmo que seja por “uma política sustentada por uma grande tensão ideal” (Cf. LOSURDO, 2004, p. 24).

Para Losurdo, a ideia propagada pela mídia ocidental de que ocorreu uma “implosão” ou derrocada do campo socialista é um mito apologético do imperialismo. Basta analisar, atualmente, a guerra da Ucrânia para perceber [com a utilização de todo poder midiático e militar, de embargos ou sanções contra a Rússia e de articulação do serviço secreto americano com elites locais ucranianas (e de outros países europeus)] como qualquer país ao redor do planeta pode, ainda hoje, ser encurralado e derrubado. Para além da ideia de “implosão” ou de um “colapso” natural do poder soviético, na época da guerra fria, é mister perceber a imensa pressão exercida pelo imperialismo em todos os níveis; basta analisar a denominada política de “contenção”, formulada pelo historiador, diplomata e conselheiro norte-americano George Kennan para perceber isto, como constata Losurdo (2004, p. 26).

Já em 1947, no momento em que formulou a política de “contenção”, seu teórico, George Kennan, enfatizou a necessidade de influenciar “os acontecimentos no interior da Rússia e do movimento comunista internacional”, e não apenas através da “atividade de informação” dos serviços secretos, a qual, porém, como acentua o autorizado conselheiro da embaixada norte-americana em Moscou e do Governo dos EUA, não deveria ser negligenciada. Em termos

mais gerais e mais ambiciosos, trata-se de “aumentar enormemente as tensões sob a qual a política soviética deve operar”, de modo a “estimular tendências que devem ao final desembocar ou na ruptura ou no enfraquecimento do poder soviético”. Aquela que comumente, com singular eufemismo, é chamada de “implosão”, é aqui definida com precisão: uma “ruptura”, que, por ser tão pouco espontânea, pode ser prevista, programada e ativamente promovida com mais de quarenta anos de antecipação. No plano internacional, as relações de força econômicas, políticas e militares são tais que - prossegue ainda Kennan - permitirão ao Ocidente exercer algo semelhante a um “poder de vida e morte sobre o movimento comunista” e sobre a União Soviética.

Para Losurdo (2004), portanto, o desabamento do “campo socialista” se insere no interior de uma cruel prova de força que se prolonga por décadas, e em que as regras de caráter ético são descartadas. Para a “intelligentsia americana” só contava uma coisa: vencer, a qualquer custo! Os lançamentos das bombas atômicas em Hiroshima e Nagazaki foram apenas um preâmbulo no processo de cercamento e intimidação da União Soviética, que saíra vencedora da Segunda Guerra. Além da União Soviética, a China também sempre esteve no alvo dos norte-americanos.

Em relação à URSS e ao “campo socialista” foi acionada a mesma mistura de pressões econômicas, ideológicas e militares com as quais a Administração dos EUA conseguiu provocar a queda do governo sandinista e espera provocar a “ruptura” do sistema político-social cubano, a mesma mistura com qual eles operam contra países como o Iraque, o Irã, a Líbia, e, em perspectiva, a China. Este modo novo e mais articulado e sofisticado de fazer a guerra foi sendo pouco a pouco elaborado no curso da longa prova e força disputada contra a sociedade nascida da Revolução de Outubro. Enviar soldados contra a Rússia soviética - sublinha Herbert Hoover, alto expoente da Administração norte-americana e futuro presidente dos EUA - significa expô-los à “infestação de ideias bolchevistas”. Melhor utilizar o bloqueio econômico no enfrentamento do inimigo, e com a ameaça do bloqueio econômico para enfrentar os povos inclinados a deixarem-se seduzir por Moscou: o perigo da morte por inanição os fará tomar juízo. O primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau, logo ficou fascinado com a proposta de Hoover: reconheceu que se tratava de “uma arma realmente eficaz” e que apresentava “maiores chances de sucesso do que a intervenção militar”. Indignou-se, ao contrário, Gramsci, com a chantagem dos imperialistas: “Ou a bolsa ou a vida! Ou a ordem burguesa ou a fome” (LOSURDO, 2004, p. 31-2).

Segundo Losurdo (2004), a propaganda, através das poderosas estações de rádio transmitidas em todas as línguas faladas na União Soviética, também foi utilizada como arma para desagregar a base social de consenso do regime soviético. E, juntamente com essas armas, os EUA continuaram a utilizar também as armas propriamente ditas. Tudo isso, levou à derrota do protagonista principal do “campo socialista”. Derrota e não “implosão” ou “colapso”. Derrota de uma guerra que tendeu a tornar-se uma “guerra quente”, e que se prorrogou após o fim da Segunda Guerra Mundial quase tornando-se uma terceira guerra mundial: muito mais do que uma Guerra Fria, essa foi também uma “guerra quente”, travada nas mais diversas regiões do mundo, e quase propiciando um confronto militar direto entre seus principais antagonistas (EUA e URSS). A

utilização da categoria de “implosão” ou “colapso”, muito cara também a uma determinada esquerda derrotista para explicar o esfacelamento do socialismo real, deve ser, portanto, denunciada; como também devem ser denunciadas a posições de subalternidade e de primitivismo religioso que se instalaram no movimento comunista a partir da derrota da URSS.

Para Losurdo (Cf. LOSURDO, 2004, p. 33), uma “terceira guerra mundial”, com características bastante particulares, sucedeu à segunda: é impróprio, para ele, definir como “fria” uma guerra que foi iniciada com os lançamentos de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki e que, em alguns momentos, chegou ao ponto de quase destruir todo o planeta, apesar do confronto ter sido considerado indireto, uma batalha político-diplomática, econômica e de propaganda entre os dois principais antagonistas. Considerar como “implosão” aquilo que foi uma prova de força agindo em profundidade sobre a economia e a política do país inimigo, e que conseguiu triturar suas alianças e sua configuração como um todo, é ser conivente com esse mito apologético do capitalismo e imperialismo que celebra sua indiscutível superioridade em relação a um sistema que, segundo eles, entrou em crise e ruiu por conta de sua insustentabilidade interna e sua inferioridade intrínseca. Como afirma Losurdo (2004), a categoria de implosão ou colapso só cobre de louros os vencedores; para ele, o acolhimento dessa categoria por parte da esquerda ocidental denuncia sua subalternidade ideológica e política em relação aos poderes hegemonicamente estabelecidos. Fazer um balanço impiedoso da história do “socialismo real” e do movimento comunista internacional não é sinal de capitulação, mas, de tomada de consciência da realidade da “terceira guerra mundial”, e é também ir até ao fundo na crítica à posição de subalternidade e de primitivismo religioso que se estabeleceram no movimento comunista a partir da derrota do “socialismo real”. Uma mesma tomada de posição crítica é mister ser estabelecida em relação à atitude ou posicionamento dessa esquerda em relação à revolução chinesa que, como veremos, para Losurdo, continua ainda hoje.

2.2 O socialismo de mercado chinês

A segunda parte do livro *Fuga da História? – A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*, mais especificamente os capítulos X e XI, tratam mais especificamente do socialismo chinês. Aqui, Losurdo afirma que a revolução chinesa se desenvolveu, primeiramente, como uma luta de libertação nacional. O pacto social estabelecido com a população baseava-se na promessa de pôr fim à condição semicolonial e semifeudal em que vivia o país: o Partido Comunista Chinês (PCC) prometia, na sua luta contra o colonialismo e imperialismo ocidental e japonês, encerrar de vez a fase trágica da história chinesa que tinha sido iniciada com a guerra do ópio e alcançar a independência nacional. O atraso semifeudal possibilitou a interferência das grandes potências ocidentais e o subdesenvolvimento da China, por mais de um século: um período bastante curto diante da plurimilenar história dessa grande nação, mas, bastante longo se levarmos em conta os custos econômicos e sociais, as perdas territoriais e sacrifícios humanos. Mas, o que diferencia essa revolução (chinesa) da revolução russa, além do atraso feudal e semicolonial, é a sua durabilidade, como bem observa Losurdo (2004, p. 138).

O que caracteriza a revolução na China não é só o fato de ela se desenvolver num país que se encontrava em condições semicoloniais (além de semifeudais), em evidente contraste com a revolução de Outubro, que se desenvolveu num país em que, às suas vésperas, era um dos protagonistas da competição imperialista e

que concorria para a conquista da hegemonia. Esta diferença é conhecida. Há uma outra, talvez mais importante, mas raramente mencionada. Ao contrário da russa, a revolução chinesa desenvolveu-se desde os inícios sob a perspectiva da *longue durée*.

Diferentemente da visão soviética, que ansiava por uma vitória imediata também no plano internacional, o PCC (Partido Comunista Chinês) tinha claro que a revolução naquele país teria uma longa duração até que se estabelecesse uma igualdade em relação às sociedades mais desenvolvidas. Era preciso primeiramente o feudalismo e colonialismo presente no país; desse modo, estava clara a consciência – como bem analisava Mao – de que por muito tempo permaneceria, mesmo depois da conquista do poder, “um setor capitalista da economia”. A expectativa do PCC era o renascimento da nação e a retomada de seu desenvolvimento, sobre uma base de igualdade com as outras nações, depois do breve e desventurado intervalo de um século de opressão. A visão pragmática chinesa, presente na análise de Mao Tsé-tung, ao rememorar a história de seu país, demonstra como, após várias tentativas de busca de uma teoria que guiasse a sua ação na luta contra o imperialismo e colonialismo das grandes potências, a descoberta do marxismo-leninismo caiu como uma luva nas mãos chinesas.

Durante uma intervenção às vésperas da Proclamação da República Popular Chinesa, Mao refaz a história de seu país. Evoca em particular a resistência contra as potências protagonistas das guerras do ópio, a revolta dos “Taiping contra os Ching, servos do imperialismo”, a guerra contra o Japão em 1894-5, “a guerra contra a agressão da coalizão das oito potências” (em razão da revolta dos Boxers) e, finalmente, “a Revolução de 1911 contra os Ching, lacaios do imperialismo”. Tantas lutas e ou tantas derrotas. Com o explicar a reviravolta que ocorreu num determinado momento? “Por muito tempo, durante esse movimento de resistência, isto é, por mais de setenta anos, desde a guerra do ópio em 1840 até às vésperas do Movimento de 4 de maio de 1919, os chineses não possuíam armas ideológicas para se defenderem contra o imperialismo. As velhas e imutáveis armas ideológicas do feudalismo foram derrotadas, tiveram de ceder e foram declaradas fora de uso. Na falta de algo melhor, os chineses foram obrigados a munir-se de armas ideológicas e fórmulas políticas como a teoria da evolução, a teoria do direito natural e da república burguesa, todas elas tomadas de empréstimo ao arsenal do período revolucionário da burguesia do Ocidente, pátria do imperialismo [...], mas todas estas armas ideológicas, assim como as do feudalismo, mostraram-se muito frágeis e, por sua vez cederam, foram retiradas e declaradas fora de uso. A revolução russa de 1917 marcou o despertar dos chineses, que apreendem algo novo: o marxismo-leninismo. Na China, nasce o Partido Comunista, um evento que marcará uma época [...] desde que compreenderam o marxismo-leninismo, os chineses cessaram de ser passivos intelectualmente e tomaram a iniciativa. Desde aquele momento, começou a terminar o período da história moderna mundial em que os chineses e a cultura chinesa eram olhados com desprezo.” O marxismo-leninismo é a verdade finalmente encontrada depois de longa procura, a arma ideológica capaz de garantir a vitória da revolução nacional na China, a de conduzir o país à resolução do problema da saída do semifeudalismo e do semicolonialismo. Esta procura começara no período das guerras do ópio, bem antes da formação não só do marxismo-leninismo, mas do marxismo enquanto tal: em 1840, Marx era apenas um jovem estudante universitário. Junto com a *longue durée* emerge outra

característica filosófica essencial do comunismo chinês, assim sintetizada por Mao: “As verdades universais do marxismo devem ser integradas às condições concretas dos diversos países e há unidade entre internacionalismo e patriotismo”. O universalismo ou o internacionalismo abstrato, que Gramsci imputava a Trotsky, parece estranho à tradição do comunismo chinês (LOSURDO, 2004, p. 141-2).

Para Mao, conforme demonstra Losurdo (2004), a defesa da independência nacional e da integridade territorial só seriam conseguidos, em um primeiro momento, com o desenvolvimento econômico. Para tanto, a burguesia ainda teria um papel a cumprir na reconstrução ou ressurgimento do país. Mao faz uma distinção entre expropriação econômica e expropriação política da burguesia. A expropriação política da burguesia deveria ser conduzida até o fim, mas, não a sua expropriação econômica para que o desenvolvimento econômico necessário para garantir a integridade territorial e o ressurgimento do país não fossem prejudicados. De acordo com Losurdo (2004), para Mao a primeira fase da revolução de uma colônia ou semicolônia permanece fundamentalmente uma revolução democrático-burguesa, e sua meta é, portanto, a de um livre desenvolvimento do capitalismo; mas, essa revolução também é necessária para abrir uma via mais ampla para o desenvolvimento do socialismo. Mao considerava contraditória a posição da China, um grande país socialista, mas, atrasada economicamente; por isso, propunha um esforço obstinado para torná-la rica e potente em poucas décadas. Já naquela época, diante das acusações de que sua política era de direita, Mao afirmava que era preciso conceder a rentabilidade requerida pela burguesia, mas, também era mister expropriá-la continuamente do seu capital político, para que o poder pudesse ser sempre direcionado pelo partido, pelo PCC (Cf. LOSURDO, 2004, p. 144).

Mao sempre tentou desenvolver as forças econômicas do país, mas, não conseguiu: sua política do Grande Salto Para Frente não teve sucesso; ao tentar aplicá-la Mao sabia da necessidade de impulsionar o desenvolvimento econômico para garantir o ressurgimento do país como grande potência. Não há, portanto, como enfatiza Losurdo (2004), contradição em relação à fase maoísta na política de abertura desenvolvida por Deng Xiaoping: trata-se de uma nova estratégia em busca de capital para atingir o nível de desenvolvimento projetado pelo partido. Mas, apenas o entusiasmo das massas não bastava, como desejava Mao; para conseguir atingir o mesmo nível de desenvolvimento dos países capitalistas e imperialistas ocidentais era necessário obter a tecnologia por eles desenvolvida, era mister abrir as portas para os países capitalistas mais avançados, trazê-los até à China. Não era possível superar o sistema capitalista, e atingir um nível superior, repartindo apenas miséria. Comunismo, para Deng Xiaoping, assim como também reza o Manifesto Comunista, enfatiza Losurdo (2004), é sinônimo de desenvolvimento das forças produtivas e de riqueza.

Para Losurdo (2004), o degelo com os EUA, permitiu à China isolar diplomaticamente os dirigentes de Taiwan, e o ingresso da China na ONU e no Conselho de Segurança; a política de abertura, exercitada por Deng Xiaoping, por outro lado, permitiu-lhe o desenvolvimento econômico das forças produtivas. Tratava-se de uma necessidade, diante da derrocada do “campo socialista”, e pelo fato de que o que determinou a tragédia da China nos séculos XIX e XX, juntamente com a agressão colonialista e imperialista, foi a sua inalcançada revolução industrial: esta catástrofe não deveria se repetir. É mister, desse modo, compreender a polêmica desenvolvida por Deng Xiaoping contra a Revolução Cultural: para ele, ela tanto foi incapaz de desenvolver as forças produtivas, como também causou um desvio populista que a levou a perseguir um ideal de “ascetismo universal e grosseiro igualitarismo”; para ele, comunismo e socialismo não têm a ver com a distribuição igualitária da miséria, mas, com a sua eliminação, e com o desenvolvimento das

forças produtivas. Como afirma Losurdo (2004), a crítica de Deng a Mao não é a de uma ruptura de tipo kruschoviano⁵: ele continua com o mesmo slogan maoísta de que “só o socialismo pode salvar/desenvolver a China”; se para Mao, o marxismo-leninismo era a verdade finalmente encontrada da arma ideológica capaz de assegurar a revolução anticolonial e antifeudal, para Deng esta arma é um marxismo-leninismo libertado de suas incrustações populistas e pauperistas (Cf. LOSURDO, 2004, p. 154).

De acordo com Losurdo (2004), o novo curso inaugurado por Deng Xiaoping, que foca no desenvolvimento econômico, é definido por ele próprio como uma “segunda revolução” que dá novo impulso à causa do socialismo. Se esta afirmação é vista com ceticismo dentro da própria China, ela nem sequer é levada em consideração no Ocidente, que acredita erradamente que, após o declínio da ideologia comunista, a China abraçou de vez o nacionalismo. Essa interpretação erra, segundo Losurdo (2004), primeiro devido ao peso que sempre teve a questão nacional no desenvolvimento do comunismo chinês, e, em seguida, erra também porque remove o nexos entre emancipação nacional e emancipação social, que constitui um elemento essencial do marxismo e do leninismo, e que permitiu a Mao formular a tese da unidade entre internacionalismo e patriotismo: Deng Xiaoping também foi capaz de perceber a contribuição ou estímulo que a China poderia fornecer à humanidade, especialmente ao Terceiro Mundo, ao desenvolver suas forças produtivas e riqueza social. Por último, é mister compreender de forma correta o que se entende por nacionalismo. O nacionalismo chinês é aquele da independência e defesa da dignidade nacional, e não o de tipo fascista, como ocorre na Europa, que busca impor-se sobre as outras nações consideradas inferiores: o primeiro tipo é universalizável, enquanto o segundo não; porque, o reconhecimento e a defesa da dignidade de uma nação são compatíveis com o reconhecimento e a defesa da dignidade das outras nações; já a categoria de “raça/povo de senhores” não é universalizável (Cf. LOSURDO, 2004, p. 157).

Do mesmo modo, a ideia americana de “povo eleito” para conduzir os destinos da humanidade, utilizada por vários presidentes (Bush, pai e filho, Clinton, além de Kissinger) não é universalizável: trata-se apenas de uma crença. Hitler também afirmava o mesmo em relação ao povo alemão. Tal ideia de nação é tão enfática e exclusivista que inviabiliza qualquer universalização. Tal nacionalismo ou “hegemonismo” é criticado nos discursos dos dirigentes chineses, que duas décadas antes da tomada do poder já administravam territórios na China. Sabiam eles que para que uma revolução pudesse se considerar concluída, não é suficiente apenas a conquista e consolidação do poder; é mister que a nova classe estabelecida encontre uma forma política relativamente estável de gestão do poder. Na China,

a novidade surgida da revolução está ainda à procura não só da forma política, mas também de conteúdos econômico-sociais em que deveria encontrar expressão estável. Estamos em presença de um processo de longa duração e em pleno desenvolvimento, o qual já conseguiu resultados extraordinários, mas seus posteriores desenvolvimentos e seu êxito são totalmente imprevisíveis (LOSURDO, 2004, p. 160).

⁵ Kruschov detonou com a imagem de Stalin: Stalin foi transformado em um monstro totalitário, com toda ajuda da mídia ocidental. Deng não agiu do mesmo modo em relação a Mao: ele procurou mostrar, apesar das suas críticas à Revolução Cultural, que há uma política de continuidade de gestão do PCC na China.

2.3 A atitude da esquerda ocidental sobre a China

No cap. XI (A Esquerda, a China e o Imperialismo), do livro *Fuga da História? – A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*, Losurdo chama atenção sobre atitude da esquerda em relação à China: mesmo conhecendo a história, essa esquerda opta por se manter em sua ótica provinciana. Tal esquerda conhece muito bem a tragédia que atingiu a China e a ferocidade e hipocrisia com que o Ocidente liberal a tem tratado até hoje. Como nota Losurdo (Cf. 2004, p. 161), a China já possuía uma florescente literatura quando os europeus ainda viviam nos bosques, e suscitou a admiração dos grandes filósofos iluministas por conta do seu espírito laico: por lá, não se conheciam as guerras de religião que dilaceraram o tecido ético da Europa, nem os privilégios de nascimento de uma aristocracia de sangue, ao contrário, os mais altos cargos da administração pública eram normalmente preenchidos mediante concurso.

Quanto à economia, continua Losurdo (2004), foi justamente por não necessitar de nenhum dos manufaturados que os europeus lhe ofereceram, em finais do século XVIII, que a Inglaterra foi forçada a pagar em prata as mercadorias adquiridas na China (sedas, porcelanas, ervas medicinais, folhas de chá), havendo uma evasão das suas reservas. Para cobrir o déficit, a Inglaterra promove e impõe, então, a exportação de ópio proveniente da Índia. A resistência chinesa é destroçada pela força das armas. É aí que começa a tragédia: os fluxos financeiros e a evasão de reservas invertem a sua direção; junto a isso, a sistemática violência, saque, estupro e humilhação. O território chinês passa crescentemente, a partir daí, a ser desmembrado por países colonialistas e imperialistas (Grã-Bretanha, França, Rússia, Portugal, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Itália). Como nota Losurdo (2004, p. 163-4),

A China vem a ser progressivamente amputada de Hong Kong, Macao, de amplíssimos territórios da Ásia Central, de Taiwan; em grave perigo está também o Tibet... O desmembramento territorial ocorre pari passu com o saque e a destruição do patrimônio artístico e com a imposição de fortíssimas indenizações em prol dos agressores. A tudo é dada uma aparência de legalidade mediante “tratados desiguais” sancionados pela força das armas: é o triunfo da política das canhoneiras e da lei do mais forte... Às vezes, as grandes potências superam por algum tempo sua rivalidade a fim de dar uma lição aos bárbaros chineses, que percebem com crescente impaciência a agressão e o domínio imperialista. É o que se verifica no século XX, quando Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Japão, Rússia, Alemanha e Itália promovem uma selvagem expedição punitiva para sufocar a revolta dos Boxers. (...) Não é necessário deixar-se levar por excessivos escrúpulos; é necessário abrir “a estrada à civilização de uma vez para sempre”. É um período histórico que vê a “China crucificada”: à medida que se aproxima de nós o final do século XIX, a China parece transformar-se na vítima de um destino contra o qual não pode lutar. A China dos anos 1850-1950, aquela das mais terríveis insurreições da história, o alvo dos canhões estrangeiros, o país das invasões e das guerras civis, é também o país dos grandes cataclismas naturais. Sem dúvida o número das vítimas na história do mundo nunca foi tão elevado. O rebaixamento geral e drástico do padrão de vida, a degradação do aparelho estatal e governamental, junto à sua incapacidade, corrupção e crescente subalternidade e sujeição ao estrangeiro, tudo isto torna ainda mais devastador o impacto das inundações e da carência alimentar.

O saque, estupro e a quase total destruição da China promovido pelo expansionismo colonial foi justificado em nome da difusão das luzes e da civilização. O pensamento liberal europeu chega a celebrar a superioridade da raça branca, e a destruição da sociedade chinesa como uma conquista desta raça: Stuart Mill chega a celebrar a “guerra do ópio” como uma cruzada pela liberdade, e Tocqueville a escarnecer a cultura iluminista que considerava a China um modelo de governo para a Europa (Cf. LOSURDO, 2004, p. 165). Indubitavelmente, a Revolução Industrial e o desenvolvimento de uma tecnologia militar mais avançada proporcionaram uma notável vantagem aos europeus. A China foi destruída, “crucificada”. Além das suas riquezas, também serviu de exploração para a raça europeia a mão de obra barata e semiescrava chinesa, os *coolies*, como eram chamados, que migravam para os estados europeus e norte-americanos, para desempenharem as funções que antes eram desempenhadas pelos negros, agora formalmente livres: estes “instrumentos da raça branca” também sofriam os mesmos preconceitos raciais e tratamento desumano que os negros.

Com a subida ao poder, após a Revolução de 1949, o Partido Comunista Chinês promete pôr fim ao desmembramento do seu território, iniciado desde a guerra do ópio. Diferentemente da Índia, que recupera pela força das armas parte dos seus territórios tomados pelo império português, a China espera pacientemente que vença o “contrato de aluguel” de Hong Kong e Macau; embora, sua atitude pacífica não consiga evitar o confronto com os Estados Unidos, já que os EUA estavam empenhados na conquista da hegemonia mundial. Os EUA impedem que a guerra civil chinesa chegue ao seu término, e que a China seja reunificada definitivamente: ao apoiar Chiang Kai-shek, e ao promover em Taiwan um movimento independentista, a administração Truman tem a possibilidade de lançar contra a China continental um futuro ataque, e destruí-la de vez; a intervenção da frota estadunidense e a ameaça de um ataque nuclear sobre a China foi o que impossibilitou o processo de reunificação.

O imperialismo também procurou promover a secessão do Tibet: a revolta de 1959 também foi instigada pela CIA. Mas, como afirma Losurdo (2004), também nesse caso a esquerda tem revelado sua falta de memória histórica e subalternidade ao basear suas análises na grande imprensa da informação e desinformação e nos filmes de Hollywood, em vez de em livros de história e numa análise crítica da realidade. Conforme Losurdo (2004), a soberania chinesa sobre o Tibet tem séculos de história; o que só foi contestado pelo expansionismo colonial britânico, como parte integrante do “desmantelamento da China”: tanto Mao Tsé-tung como Sun Yat-sen consideravam o Tibet parte integrante do território nacional chinês. Antes da revolução de 1949, quando o Tibet estava controlado pelo exército nacionalista, apoiado pelos EUA, Washington jamais contestou que o Tibet não fizesse parte do grande país asiático. Mas, após a sua tomada pelo partido comunista chinês passa a ser contestada, devido à importância estratégica da região para os interesses geopolíticos estadunidenses.

Como a revolta tibetana, de 1959, não logrou êxito, Hollywood e a CIA converteram-se ao budismo, em uma campanha internacional, inicialmente malograda no próprio Tibet e na China. É, desse modo, que – em vez de olhar o budismo tibetano com desprezo e como sinônimo de obscurantismo e despotismo oriental, como fez a cultura ocidental durante muitos séculos – o Dalai Lama transforma-se em líder da não-violência e modelo vivo de nobreza moral e santidade. Em detrimento disso, os tibetanos passam a serem vistos como super-humanos e os chineses como subumanos. Também é arduosa a estratégia dos setores mais retrógrados do budismo tibetano ao mobilizar um amplo protesto em nome da defesa das tradições, após o violento ataque contra o seu sistema discriminatório de castas, promovido pela Revolução Cultural. Para Losurdo (2004), também aqui a memória da esquerda é diluída em favor da ideologia dominante, esquecendo-se da horrível realidade do Tibet pré-revolucionário, governado por uma teocracia que reduzia a quase totalidade da população à servidão. Para o filósofo italiano, as reformas e a revolução significaram

um aumento na qualidade de vida e de acesso aos direitos humanos básicos, ao desenvolvimento econômico e à própria liberdade religiosa, inexistentes anteriormente.⁶

Vale ainda lembrar, a tentativa de promoção ocidental da divisão de Xinjiang do restante da China. Xinjiang é uma região chinesa de religião islâmica, habitada pelos uígures, em que a China tem promovido um grande desenvolvimento econômico e respeito da autonomia local; apesar disso, o radicalismo de contraofensiva em relação ao regime chinês é imenso, devido à promoção ocidental da secessão local em nome da defesa da autodeterminação dos uígures. Mas, como afirma Losurdo (2004), o que está realmente ameaçado aqui não é o direito à autodeterminação dos “dissidentes” que promovem atos de violência e vandalismo contra os próprios uígures, que na sua grande maioria apoiam e percebem de forma positiva a integração do país pela liderança do regime chinês, mas, “o que está ameaçado é o direito à autodeterminação de um povo que soma um quinto ou um quarto da humanidade” (LOSURDO, 2004, p. 185). Os benefícios da unificação chinesa para humanidade, para própria China e para os uígures é muito maior do que a desintegração e desmembramento do país, basta recordar a posição em que se encontrava a China crucificada, durante a guerra do ópio, e a que atualmente se encontra: o país era um dos mais miseráveis do mundo e, atualmente, está a se tornar o mais rico e importante do planeta.

Todo esse esforço ocidental, não é difícil de entender, já que a China permanece o último grande território que escapa à influência estadunidense, “constituindo a última fronteira a conquistar”. Para o líder do Sistema Internacional Ocidental, surgido após a Segunda Guerra, sua cruzada contra a China visa derrubar o comunismo e estabelecer a melhor forma de governo criada pela humanidade, a sua própria forma de governo, a democracia liberal, como tentou estabelecer ineficazmente em várias regiões do planeta. Os Estados Unidos da América, durante a sua curta hegemonia unipolar, jamais respeitaram o princípio da não-interferência, apregoado pelo direito internacional. Na sua tentativa de recolonizar esse enorme território, que é a China, e de reduzi-lo à condição de Terceiro Mundo vale tudo: o projeto imperialista visa, então, desmembrar a China em vários territórios, colônias ou protetorados (Taiwan, Tibet, Hong Kong, Xingjiang), controlá-los e integrá-los como regiões subalternas no mercado capitalista mundial; o segredo, tal como na época do império romano é, ainda hoje, dividir para reinar (“*Divide et regnat*”). O desmembramento da China significaria a consagração definitiva do domínio imperial estadunidense e seu poder de intervenção em qualquer lugar do planeta, por meio de embargos, sanções e/ou da força militar contra aqueles que se rebelassem ao seu comando.

Para a visão ocidental ou estadunidense, boa parte dos problemas da humanidade se resolveriam se todos os países do mundo importassem o seu regime de governo – a democracia liberal. Quanto à esta questão, afirma Losurdo, aqui mais do que nunca se revelam a subalternidade da esquerda e a sua incapacidade de proceder a uma análise concreta da situação concreta. Vejam o caso, analisado por Domenico Losurdo, da Nicarágua sandinista de Daniel Ortega (LOSURDO, 2004, p. 186-7),

(...) deveria ser ainda fresca a recordação da tragédia que se abateu sobre a Nicarágua sandinista. A seu tempo, os EUA submeteram-na ao bloqueio econômico e militar, minaram seus portos, puseram-na sob uma guerra não declarada, mas sanguinária, suja e contrária ao direito internacional. Diante de tudo isto, o governo sandinista viu-se constrangido a tomar medidas tímidas de defesa contra a agressão externa e a reação interna. E Washington exibia-se como

⁶ Além dos separatistas de Taiwan e do Tibet, ocorreu um recrutamento ocidental dos chamados “dissidentes” internos, como Wei Jingsheng. Tais “dissidentes” consideram o Ocidente o guardião da civilização e dos direitos humanos na China e em todo o planeta, não obstante as infâmias da guerra do ópio e da tragédia da “China crucificada”.

defensor dos direitos democráticos ultrajados pelo “totalitarismo” sandinista. É como imaginar um carrasco que, depois de haver procedido à execução, põe-se a gritar escandalizado pela cor pálida e cadavérica da sua vítima. Uma atitude grotesca: todavia não faltaram almas generosas para se associarem aos brados de escândalo do carrasco e à condenação das medidas “liberticidas” de Ortega, cujo espaço de manobra diante da agressão foi progressivamente reduzido e anulado. O resultado: eleições nas quais o povo nicaraguense, já ensanguentado e fatigado, com a faca mais do que nunca apontada à garganta, decidiu “livremente” ceder aos seus agressores. Só os lacaios e os imbecis podem celebrar essa infâmia e essa tragédia como triunfo da democracia.

Como salienta Losurdo (2004), exigir a introdução na China ou em Cuba do pluripartidarismo ocidental ou da democracia liberal significaria trabalhar para o triunfo do imperialismo estadunidense, que sempre consegue, através da sua influência e “guerras híbridas”, o monopólio ideológico da população e, quando não consegue, impõe os seus interesses por meio de sanções econômicas e até militares.

De modo similar coloca-se o problema também para a China. Vejam os fatos. Um jornalista estadunidense assim descreve o comportamento de Washington: “Os líderes americanos sacam uma das armas mais pesadas do seu arsenal comercial, apontando-a ostensivamente para a China, e depois discutem furiosamente se pressionam ou não o gatilho”. O cancelamento das relações comerciais normais constituiria “em termos de dólares, a maior sanção comercial na história dos EUA, excluídas as duas guerras mundiais”; seria “o equivalente comercial de um ataque nuclear”. Esta é também a opinião de Luttwak: “[...] com uma metáfora poder-se-ia afirmar que o bloqueio das importações chinesas é a arma nuclear que a América tem apontada para a China”. Como poderiam ser consideradas “livres” eleições impostas em um país colocado sob a constante ameaça de um ataque nuclear (em termos comerciais, mas, indiretamente, também militares)? Os “dissidentes” resultariam enormemente favorecidos não só pela superpotência multimidiática e financeira do imperialismo, mas, ainda mais, pelo fato de que eles poderiam apresentar-se como o único grupo apreciado por Washington e, portanto, como o único grupo capaz de salvar a população do “ataque nuclear” (de tipo comercial) e da morte por inanição. A respeito destas hipotéticas eleições, seriam decididamente mais “livres” aquelas a seu tempo encenadas por Napoleão III, ou então por Mussolini e por Hitler! (LOSURDO, 2004, p. 188).

Para Losurdo (2004), os atuais dirigentes chineses têm o mérito de buscarem enfrentar, de uma forma totalmente diversa, o problema real da democracia, e de considerarem preciosas as liberdades “formais” garantidas por lei. O Partido Comunista tem procurado implantar uma série de reformas nesse sentido, mesmo que constituam apenas “a primeira etapa de uma longa viagem”. A postura do Partido Comunista tem sido de muita eficiência à frente do Estado chinês, tanto do ponto de vista das reformas econômicas e de elevação da qualidade de vida daquele povo, como também no sentido de promover uma real democratização das relações políticas e sociais. Para Losurdo (2004), há um contínuo processo de democratização dirigido sob a direção do Partido Comunista. Há muitos progressos realizados pelo Partido, seja no encaminhamento da democracia

de base nas aldeias ou na difusão do princípio do governo da lei. Tais fatos, são reconhecidos até pela imprensa internacional liberal hegemônica; assim como também é reconhecida a enorme extensão dos direitos humanos resultante do processo de saída do subdesenvolvimento. Eventos como o ocorrido em 1989, na praça Tien Na Men, devem ser levados em conta no contexto das chamadas “guerras híbridas”, e de tentativa de derrubada de governos que se opõem aos interesses geopolíticos e econômicos estadunidenses.

Nada disso é desmentido pela tragédia que, em 1989, ocorreu na praça Tien An Men. Não foram apenas contradições internas, mas, claramente, também as manobras do imperialismo que alimentaram uma agitação prolongada de modo interminável, não obstante todas as tentativas de mediação e de diálogo com os estudantes promovidas pela direção chinesa. Não se deve perder de vista o contexto histórico. São os anos em que os EUA desenvolvem sua ofensiva final contra o “socialismo real”, desmembrando a URSS e a Iugoslávia. Após um longo período de incerteza e de tentativas de restabelecer a ordem pública por via pacífica, a direção chinesa decide não se deixar arrastar em hipótese alguma pela degradingolada geral. É preciso, no entanto, dizer que, não obstante seus pesados custos, esta sofrida decisão economizou à China (e ao mundo) uma reedição, em escala muito mais larga, da tragédia que atingiu a URSS e a Iugoslávia, e chegou em cima da hora para conseguir privar os Estados Unidos do triunfo final, que eles já antegozavam (LOSURDO, 2004, p. 188).

Para Losurdo (2004), já é hora de, no interior da esquerda, desenvolver-se um debate sobre a realidade e o papel internacional da República Popular da China. É, nesse sentido, que Losurdo critica duas atitudes que ele considera exemplarmente negativas. A primeira atitude da esquerda italiana – impressa no “diário comunista”, *Il manifesto*, que Losurdo rebate de “diário liberal neocolonialista” –, foi a do total apoio, na ocasião do retorno de Hong Kong à República Popular da China, à desesperada resistência dos ingleses contra o caminho da descolonização e a tenacidade dos esforços britânicos para manter o poder colonial. Tal atitude, afirma Losurdo (2004), assemelha-se muito à de Stuart Mill quando durante a guerra do ópio celebrava o poder colonizador e imperialista britânico como um campeão e cruzado da luta pela liberdade.

Em relação à segunda atitude da esquerda, ou seja, sua crítica formulada na época da integração da China à OMC, de que ela estaria se integrando totalmente ao modelo neoliberal estadunidense, Losurdo afirma (2004, p. 193-4):

Basta folhear a imprensa estadunidense para tomar ciência da permanente polêmica contra a República Popular da China também sobre o terreno da economia. Ao invés de resignar-se com seu atraso, ela pretende vincular os contratos que assina com o Ocidente à importação de tecnologia avançada; ao invés de liquidar em bloco a economia estatal e coletiva, faz de tudo para reestruturá-la e recuperá-la, mesmo quando lhe restringe a área, de modo que ela possa enfrentar com sucesso a concorrência mundial; ao invés de abandonar-se aos mecanismos de mercado, procura de todo modo transferir recursos ao Norte-Oeste e às regiões menos desenvolvidas, empenhando-se para fazê-las decolar; ao invés de converter-se finalmente ao neoliberalismo, ela faz alavanca sobre a despesa pública e sobre obras de utilidade pública para manter alto o

ritmo de desenvolvimento, não obstante a grave crise que incidiu sobre o Sudeste asiático; repelindo todas as exigências, ela continua a opor-se à liberalização selvagem dos mercados financeiros (graças à qual o Ocidente conseguiu colocar em crise os chamados “tigres asiáticos” e firmar o controle sobre os centros nervosos da sua economia): eis algumas das acusações recorrentes que vêm endereçadas à República Popular da China; desgraçadamente - insiste a imprensa estadunidense - aquele grande país asiático continua a ser dirigido por um partido comunista!

Quanto à essa tese, de que houve uma completa restauração do capitalismo naquele país, é mister levar em conta o fato de que a revolução não se verificou nos pontos altos do desenvolvimento capitalista, como previa Marx: na época da Revolução de 1949, a China era um país degradado e miserável, devido às condições que lhe impuseram os países colonialistas e imperialistas ocidentais; depois da vitória da revolução, a tarefa principal do poder popular consistiu no desenvolvimento das forças produtivas obsoletas. Embora essa visão tenha sido alvo de denúncia, durante a Revolução Cultural, ela acabou por triunfar a partir da terceira sessão plenária da XI reunião do Comitê Central, em 1979, com Deng Xiaoping; essa perspectiva foi reiterada e reformulada em nossos dias. Apesar disso, afirma Losurdo (2004), a postura arrogante de “pequenos partidos e grupelhos minoritários e pretensiosos” de esquerda, que querem emitir um decreto de excomunhão, contra o maior partido comunista do planeta é cega e injustificada.

No entender de Losurdo (2004), a discrepância existente, na época da revolução, entre os países desenvolvidos e países relativamente atrasados como a China precisava ser resolvida: ela necessitava elevar o seu nível de desenvolvimento das forças produtivas. Conforme aponta Losurdo, o próprio Manifesto do Partido Comunista aponta duas tarefas para o proletariado vitorioso: a de servir-se do poder político para arrancar da burguesia todo o capital para centralizar todos os instrumentos nas mãos do Estado (o proletariado organizado como classe dominante), e, a de fazer crescer o mais rápido possível a massa das forças produtivas. Para Losurdo (2004), Marx e Engels não viram nenhuma contradição nestas duas tarefas. Mas, essa contradição manifestou-se nitidamente a partir da segunda guerra mundial: qualquer país em vias de desenvolvimento que fechasse as suas portas para o mercado capitalista mundial permaneceria privado da aquisição da tecnologia mais avançada, não sendo capaz de desenvolver suas forças produtivas, nem de construir o socialismo.

Infelizmente, essa esquerda que fala da restauração do capitalismo na China, não leva em conta as contradições e dificuldades enfrentados pelo movimento comunista no curso da sua história, nem aquelas que emergem da teoria e da prática do desenvolvimento das forças produtivas. Essa tarefa é muito difícil; e, por isso, é mais fácil recorrer a excomunhão. Temos, então, um tipo de comportamento que se esperava superado: tal como, em 1948, quando Stalin – chefe de todo o “campo socialista” – condena o Partido Comunista Iugoslavo, de realizar uma política de restauração do capitalismo, hoje, pequenos “grupelhos minoritários e pretensiosos” querem emitir um decreto de excomunhão contra o maior partido comunista do planeta, que foi artífice de uma revolução nacional e social, e que retirou do subdesenvolvimento um quarto ou um quinto da humanidade, e que está destinado a modificar a geopolítica do planeta e as relações de força em nível internacional. Essa farsa, afirma Losurdo (2004), pode favorecer as manobras do imperialismo em querer isolar e golpear a China. Para Losurdo (2004), a esquerda deve saber recuperar sua memória histórica e sua capacidade de análise política e geopolítica. É repugnante a tragédia infligida ao povo chinês desde a guerra do ópio, como também a reposição dessa tragédia pelo

imperialismo americano, que passou a identificar na República Popular da China, a partir de 1949, o seu maior rival, e o principal obstáculo no seu escopo de domínio e homologação mundial.

3 ANTI-IMPERIALISMO E A LUTA PELO SOCIALISMO HOJE

Na entrevista concedida a João Quartim de Moraes, intitulada *Revolução chinesa, anti-imperialismo e a luta pelo socialismo hoje*, Losurdo rebate algumas das ponderações feitas por Leandro Konder sobre seu livro *Fuga da História? – A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje*. De acordo como o entrevistador (Cf. LOSURDO, 2005, p. 151), Konder critica a ideia de socialismo chinês, pelo fato de que a motivação estritamente econômica “não combina com os ideais dos socialistas, com a luta incessante que eles travam contra as desigualdades, contra a opressão, contra as injustiças, e em favor de um aumento da participação das camadas populares na vida política”. Em resposta, Losurdo argumenta que (2005, p. 151),

Quando sintetizava na fórmula “soviet + eletrificação” os objetivos básicos do país surgido da Revolução de Outubro, estaria Lênin esquecendo a luta contra a injustiça e a opressão? E a esquecia o Manifesto do partido comunista quando conclamava o proletariado vitorioso a servir-se do poder político em primeiro lugar “para ampliar, com a maior rapidez possível, a massa das forças produtivas”? Em realidade, em ambos os casos, a industrialização, a modernização, o desenvolvimento das forças produtivas são identificados como o instrumento fundamental, numa situação bem determinada (o controle do aparelho estatal) para começar realmente a edificar a nova sociedade à qual se aspira, para aumentar-lhe a capacidade de atração e defendê-la em caso de necessidade, para levar adiante concretamente os ideais de emancipação que tinham presidido a revolução.

Conforme Losurdo (2005), do mesmo modo, na China após a tomada do poder, em 1949, Mao também declarava que era mister promover o desenvolvimento das forças produtivas para que o país não se tornasse uma grande colônia dependente da “farinha” americana. No processo de emancipação da China do imperialismo ocidental, Mao nunca perdeu de vista a dimensão econômica. Como afirma o próprio Mao em 1934, no texto “Nossa Política Econômica”, em pleno processo de luta pela libertação do país, citado aqui por Domenico Losurdo (2005, p. 152),

Os imperialistas e o Kuomintang fixaram-se o objetivo de abater as regiões vermelhas, de minar a edificação econômica [...]. Somente nossa vitória sobre o imperialismo e o Kuomintang, somente nosso trabalho planejado, organizado, no campo da edificação econômica, podem salvar nosso povo de uma desgraça sem precedente.

Losurdo mostra que, mesmo durante a Segunda Guerra Mundial, quando está em curso a resistência contra o imperialismo japonês, Mao continua atento aos problemas da produção, enfatizando a importância da execução de tarefas consideradas modestas, mas que desfechariam um golpe devastador no imperialismo e daria impulso à emancipação dos povos. No seu texto “Pela Redução do Preço dos Arrendamentos”, de 1º de outubro de 1943, citado aqui por Losurdo (2005, p. 152), Mao reafirma:

Nas condições atuais de guerra, todos os organismos, as escolas e a unidade do exército devem dedicar-se ativamente à cultura das hortaliças e dos cereais, à criação dos suínos, à coleta da lenha, à produção do carvão de lenha; devem desenvolver o artesanato e produzir uma parte dos cereais necessários a seu sustento [...]. Os dirigentes do Partido, de governo e do exército em todos os níveis, bem como os das escolas devem aprender, sistematicamente, a arte de dirigir as massas na produção. Aquele que não estuda atentamente os problemas da produção não é um bom dirigente.

A situação atual, como mostra Losurdo (2005), apresenta muitos pontos de contato com o passado: tal como na época de Mao, o desenvolvimento das forças produtivas continua um elemento essencial da resistência contra o imperialismo. A China, mesmo tendo realizado grandes prodígios desde a tomada do poder pelo Partido Comunista, continua circundada pelo capitalismo e imperialismo ocidental, que tenta impedir-lhe o acesso às tecnologias mais avançadas. Para Washington, seria mais oportuno que a China permanecesse em condições de atraso, para poder golpeá-la e desmembrá-la. Infelizmente, uma certa facção do marxismo denominado por ele de “marxismo ocidental”, em vez de se opor a esta situação, a corrobora. Como afirma Losurdo (2005, p. 153),

Uma certa esquerda se comove justamente e se entusiasma quando vê um povo pisoteado, humilhado e esfomeado buscar desesperadamente sacudir o jugo da opressão e melhorar sua própria situação; mas, quando este povo conquistou o poder e está em posição de conduzir a luta pela consolidação da independência política e econômica a partir de condições e de relações de força menos desastrosas, eis que tal esquerda torce o nariz: ela só é capaz de reconhecer e apoiar uma luta pela emancipação quando tal luta ocorre em condições trágicas. Ainda que com algum esforço, com o olhar voltado ao passado, uma certa esquerda logra nutrir simpatia pelo esforço das regiões vermelhas dos anos 1920, 1930 e 1940 para produzir cereais e hortaliças e a criar porcos durante a luta de resistência contra o Kuomintang e o imperialismo japonês; mas reserva somente frieza e desdém para o atual esforço da República Popular Chinesa em desenvolver, por exemplo, a indústria eletrônica e a informática.

Contra essa visão – de uma certa esquerda marxista ocidental, representada aqui por Konder, de que “pôr o acento sobre o desenvolvimento das forças produtivas significaria esquecer ou relegar ao segundo plano o ideal da igualdade” –, Losurdo afirma que (Cf. 2005, p. 153) quando o Partido Comunista Chinês atingiu o poder, em 1949, a renda per capita da China era a mais baixa

do mundo; mas, essa extrema desigualdade em relação aos países mais subdesenvolvidos não era um dado natural: ainda no fim do século XVIII, a expectativa de vida chinesa estava quase no mesmo nível da Inglaterra, sendo, então, superior à média da Europa Continental. É só após as guerras do ópio que as diferenças de renda e de bem-estar entre essas grandes civilizações aumentam. Com as conquistas coloniais e a industrialização do Ocidente, ocorre um processo de desindustrialização dos países por eles subjugados: essa é a história da formação do Terceiro Mundo e de seu subdesenvolvimento.

A luta contra essa “pavorosa desigualdade”, imposta ao sul do planeta, é um aspecto central da Revolução de Outubro e da sua luta de classe a nível internacional contra a agressão e saque capitalista e imperialista. Essa luta que foi conduzida pelo povo chinês, por décadas no plano militar, é agora conduzida no plano mais propriamente econômico. E grandes e positivos resultados foram conseguidos, como é o caso da ultrapassagem do subdesenvolvimento por mais de um quinto da população mundial. Com isso, a causa da igualdade entre os povos pode agora dar grandes saltos também no plano cultural: o Ocidente capitalista e imperialista está a ponto de perder também o monopólio da tecnologia que, em suas mãos, tem sido utilizada para controlar e estrangular o Terceiro Mundo, e para tornar crível a sua pretensão de representar “a Civilização” e, com isso, o direito natural de dominar os “bárbaros” que habitam o restante do planeta. Para Losurdo (2005, p. 154), “o prodigioso desenvolvimento da China atual é o ponto mais alto da luta para pôr fim a uma ordem internacional fundada na desigualdade e imposta pela violência capitalista e imperialista”.

Para Losurdo (2005), Konder liquida uma das pedras angulares da teoria de Marx, ou seja, a do papel central que desempenha o tema do desenvolvimento das forças produtivas: em Marx, para que o comunismo possa existir enquanto uma etapa ou modo de produção superior ao capitalismo, é mister o desenvolvimento de uma extraordinária riqueza material que permita a cada indivíduo satisfazer suas próprias necessidades; e o socialismo é o momento de transição, que põe as premissas para a sua efetivação. Para Losurdo, a posição de Konder é tão radical, que põe em xeque o próprio materialismo histórico já que, em termos marxistas, a revolução é necessária justamente para derrubar o ordenamento social e as relações de produção que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas. Contra essa esquerda, representada aqui por Konder, e contra a sua visão equivocada de que não existe mais socialismo na China, Losurdo afirma (Cf. 2005, p. 156) que o seu livro *Fuga da História? – A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje* fala de um processo de longa duração, que já pode felicitar-se de resultados extraordinários, mas, cujo êxito é imprevisível.

É mister, portanto, afirma Losurdo (2005), que essa esquerda esclareça, então, o que ocorreu na China, já que o próprio partido que está no poder, o Partido Comunista, em seu Estatuto e documentos, declara inspirar-se no marxismo-leninismo e afirma pretender avançar na via do socialismo e comunismo. Seria mera declaração? E, já que o partido é composto por milhões de operários, camponeses e aposentados, seriam eles cúmplices ou vítimas idiotas de uma retórica privada de credibilidade? Esse partido, que foi o protagonista de uma das maiores revoluções da história, teria mudado radicalmente de natureza? E quando se verificou isto? A partir do momento em que passa a afirmar a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas? Mas, afirma Losurdo (2005), essa foi a linha oficial do partido, mesmo quando a China ainda estava na vanguarda da luta contra o imperialismo. Essa linha também foi sustentada pelas teses do Manifesto do Partido Comunista e pelo próprio Lênin. Dever-se-ia, então, considerar o Partido Comunista Chinês estranho ao marxismo e ao socialismo pelo fato de tolerar uma vasta área de economia capitalista? Ora, comenta Losurdo (2005, p. 157),

Releiamos então o que Mao declarava em 25 de dezembro de 1947: “Dado o atraso econômico da China, mesmo depois da vitória da revolução em todo o país, será ainda necessário consentir por um longo período a existência de um setor capitalista da economia [...] Este setor será ainda um elemento indispensável da economia nacional tomada em seu conjunto”. Poder-se-ia aduzir outras incontáveis tomadas de posição análogas por parte de Mao, ainda depois de anos de distância da tomada do poder, mas seria uma inútil perda de tempo e de espaço, mesmo porque já citei algumas em meu livro. E então? Então é preciso encarar a realidade. A história e a teoria do Partido Comunista Chinês são em larga medida ignoradas. Sim, são conhecidas as teses enunciadas no curso do confronto com o Partido Comunista da União Soviética e nos anos da Revolução Cultural. Do resto se sabe pouco ou nada. Quantos, por exemplo, ouviram falar da polêmica desenvolvida por Mao num texto programático da revolução chinesa (Sobre a nova democracia, janeiro de 1940) contra os “fanfarrões de esquerda”, os quais, “não compreendem que a revolução está dividida em fases, que só podemos passar à segunda fase após haver completado a primeira, e que não há a mínima possibilidade de resolver tudo ‘com um só golpe’”? É por isto que um mesmo evento foi percebido de maneira diversa e contraposta na China e fora dela. Interpretada no Ocidente como sinônimo de abandono do marxismo e do socialismo, a chegada ao poder de Deng Xiaoping e a reafirmação da centralidade da edificação econômica foram saudados na China como a retomada e o desenvolvimento da linha que tinha presidido o triunfo da Revolução Chinesa e que tinha sido abandonada só por um período breve.

Para Losurdo (2005), a esquerda do Ocidente e da América Latina deveria, antes de considerar fato consumado a restauração do capitalismo na China, estudar melhor essa teoria e tradição política por nós ignorada, porque o marxismo e socialismo com características chinesas, que começou a tomar forma com Mao Tsé-tung, merecem algo melhor do que a liquidação sumária. Em vez de um tom pessimista em relação à luta anti-imperialista e anticolonialista iniciadas à época das Revoluções Soviética e Chinesa, Losurdo não aponta para o seu término. Ele rememora o passado e aponta para o futuro, mostrando que a luta continua (Cf. LOSURDO, 2005, p. 159). Como rememora Losurdo, se retrocedermos cinco séculos, nos defrontamos com a conquista da América: é o momento inicial da sua marcha triunfal, de subjugação do mundo inteiro, pisoteamento e destruição de culturas inteiras, dizimação e aniquilação dos povos que as tinham elaborado. Para ele, não é um fato casual que quem se prepara para concluir esse capítulo da história seja um país guiado por um partido comunista. Trata-se, portanto, de um novo capítulo da história iniciada com a Revolução de Outubro, que conclamou os escravos das colônias a se libertarem. Um segundo capítulo seria aquele da derrota da tentativa nazifascista de dar nova vitalidade à tradição colonial e de escravizar povos inteiros para colocá-los como sub-homens (*Untermenschen*), a serviço da “raça dos senhores”.

Para Losurdo (2005), a Longa Marcha representa para a Ásia o que Stalingrado foi para a Europa: tanto a Revolução de Outubro como a Revolução Chinesa contribuem para a derrota histórica do imperialismo e para o desenvolvimento de um poderoso processo de emancipação dos povos coloniais, que vai além da Segunda Guerra Mundial, e que investe cada ângulo do mundo. Atualmente, estamos a presenciar um novo capítulo dessa história iniciada com a Revolução de Outubro: um país milenar, agredido a partir das guerras do ópio, humilhado e desumanizado, está a ponto de exercer o protagonismo mundial nos planos político, cultural e tecnológico, como já o tinha sido por milênios. E, ao finalizar o trágico capítulo da sua história nacional, tende também a

encerrar um capítulo mais amplo da história mundial, que tinha à frente o domínio ocidental e a justificação de infames e brutais formas de ideologias racistas exercidas por ele. E como ninguém consegue prever o futuro, é mister concentrar-se no presente, sem ignorar ou perder de vista a forte carga de emancipação política, social e ideológica inserida no desenvolvimento econômico da República Popular da China.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Amy. **The End of Progress**. New York: Columbia University Press, 2016.
- DUSSEL, Enrique. “China (1421-1800)”. **Archipiélago: Revista Cultural de Nueva América**. Nº 44, Ano 11, 2004, p. 06-13.
- LOSURDO, Domenico. “Revolução chinesa, anti-imperialismo e a luta pelo socialismo hoje. Entrevista concedida a João Quartim de Moraes”. **Crítica Marxista**. São Paulo: Editora Revan, v.1, n.20, 2005, p.151-159.
- LOSURDO, Domenico. **Fuga da História?** – A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.
- LOSURDO, Domenico. **L’idea di socialismo: ritornare all’utopia o completare il percorso che conduce da l’utopia a scienza**. 1 Vídeo (2: 06 min). Publicado pelo canal AccademiaIISF, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bKczMIEQK-E>. Acesso em: 07 nov 2022.
- TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a Democracia Nova. Obras Escolhidas de Mao Tsé-tung**. Edições do Povo: Pequim, 1975, Tomo II, p. 253-628. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/democracia.htm>.
- WILLIAMS, Melissa. **Deparochializing Political Theory**. Toronto: Cambridge University Press, 2020.